

AVENÇA  
MENSÁRIO  
DA  
CGTP-IN  
Junho de 1993  
3.ª série — N.º 27  
R. Vitor Cordeiro, 1-3 -  
1294 Lisboa Codex  
40500

# ALAVANCA

**40**  
NO ANO!

**DIA 5 DE JUNHO**

## OS TRABALHADORES PROTESTARAM EM TODO O PAÍS CONTRA A INJUSTA POLÍTICA DO GOVERNO



**CONTINUAR A LUTA**

**POR UMA POLÍTICA**

**DIFERENTE**

**É IMPERATIVO NACIONAL**

**EDITORIAL**

### É preciso uma política diferente

O Governo tem toda a responsabilidade na difícil situação que os portugueses estão a viver.

Não adianta a Cavaco Silva e a Braga de Macedo continuarem a pensar impingir o discurso do «eássi» ou o do «Portugal de sucessor».

A verdade é que os fundos comunitários destinados à modernização e à reestruturação do aparelho produtivo valeram de pouco até agora, porque sistematicamente desperdiçados.

A modernização do aparelho produtivo nacional não foi feita, nem tão pouco existem indícios de projetos que possam valer como uma luz ao fundo do túnel que faça renascer a esperança no futuro dos portugueses.

A crise social e económica atinge já milhares de trabalhadores.

Os salários continuam os mais baixos dos países da CE e a contratação está toda bloqueada.

O desemprego continua a aumentar e, em comparação com o ano passado, existem mais de 23 por cento de desempregados.

A precariedade e a ilegalidade alastram por todo o lado.

Em muitas empresas existem milhares de trabalhadores ameaçados de desemprego.

Os direitos laborais, sindicais e da segurança social são constantemente ameaçados.

O direito aos cuidados de saúde é posto em causa.

De nada adianta ao Governo continuar a atribuir a factores externos o indesejável descalabro económico que se está a viver.

Neste quadro, tentar resolver os problemas da economia e do emprego à custa dos salários é insistir numa política já condenada e que é geradora de tensões sociais.

Num momento de grande ofensiva contra os interesses e direitos dos trabalhadores vamos ter que ser mais firmes, determinados e solidários nas lutas que vamos ter que empreender. É necessário travar a actual política.

É preciso uma política diferente.

Manuel Lopes



## BREVES

## Com Xanana

A CGTP-IN lavrou um protesto veemente contra a condenação a prisão perpétua de Xanana Gusmão, decretada por um tribunal indonésio, e apelou ao secretário-geral das Nações Unidas, ao Governo português e a todas as nações para que redobrem as suas acções visando a libertação do líder histórico da Resistência Timorese e ao isolamento do regime indonésio até que este reconheça o direito do povo timorense a escolher e decidir do seu próprio destino.

Para a CGTP-IN, o tribunal indonésio não tem legitimidade nem competência para julgar ou condenar o cidadão timorense Xanana Gusmão, pelo que o julgamento é ilegal e arbitrário. A invidiosa indonésia constitui uma violação da integridade territorial de Timor-Leste e é uma negação dos direitos inalienáveis do seu povo à autodeterminação, o que, no entendimento da CGTP-IN, retira legitimidade aos tribunais indonésios para submeterem cidadãos timorenses à sua jurisdição.

## Sindicatos apoiam Angola

A CGTP-IN e toda a sua estrutura estão envolvidas numa campanha de solidariedade com a luta do povo angolano pela paz, juntamente com outras instituições e organizações, tais como a Associação 25 de Abril, o Movimento da Paz, o Núcleo de Intervenção e Solidariedade com os Povos, para além de associações de imigrantes angolanos em Portugal.

Um dos aspectos fundamentais dessa campanha é a recolha de equipamentos médicos e medicamentos, sobretudo destinados a crianças, de alimentos (feijão, farinha, arroz e leite em pó, principalmente) e equipamentos de cozinha.

A CGTP-IN apela a todos os trabalhadores para que canalizem o seu apoio através dos sindicatos. Ele servirá para que não seja através da fome e da doença que o povo angolano vai continuar a ser "sacrificado no altar da vingança e da ambição de um projecto megalómano", como diz, referindo-se à UNITA, o "Apelo pelo Fim da Guerra" que essas organizações lançaram. Esse apelo recorda que as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas não deixam margem para dúvidas sobre a responsabilidade da UNITA pela escalada da violência e da guerra em Angola que é o país "onde pelas armas estão a morrer mais seres humanos".

## Dia Mundial da Criança

Como é já tradição, no dia 1 de Junho passou mais um Dia Mundial da Criança. A Intervenção/CGTP-IN aproveitou esta data para recordar ao Governo e ao ministro do Emprego e Segurança Social que "a utilização escandalosa das crianças como agentes de produção da riqueza continua a verificar-se, apesar de muitas intenções anunciadas para a combater".

Afirmando que não basta legislar mas é preciso e urgente actuar para acabar com o trabalho infantil, a Intervenção apela o Governo de "se preocupar menos com os números de um lado e com o modo como os problemas sociais que deveria preocupar-se em abolir estes problemas sociais e em responsabilizar quem os provoca".

## As raízes da exclusão

O modelo económico actual é fonte de exclusão e tem de ser repensado. Esta uma das conclusões da grande conferência sobre a luta contra a exclusão social organizada pela Comissão e pela presidência dinamarquesa, a 3 e 4 de Junho, em Copenhague.

Durante dois dias, a capital dinamarquesa acolheu mais de 400 participantes, entre os quais representantes das autoridades nacionais e locais, dos parceiros sociais, associações, responsáveis por projectos de luta contra a pobreza e jornalistas.

Do debate foi possível retirar algumas orientações para a actividade futura da Comunidade.

Em primeiro lugar é necessário que a estratégia de crescimento tenha como prioridade a criação de emprego e a luta contra a principal causa de exclusão, o desemprego. Paralelamente, é necessário estabelecer um "projecto social" com a mesma força que o projecto económico. Assim, vários participantes defenderam que o objectivo de integração social se insere nas políticas económicas e estruturais.

Foi igualmente afirmada a necessidade de uma acção mais decidida da parte da Comunidade.

## ALAVANCA

## FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes; Coordenação de Edição: Hermínio Fernandes; Revis: Júlio Cardoso, Manuel Monteiro, Helena Policarpo e Gonçalves André; Fotografia: João Silva; Grafismo e Maquetagem: Cristina Albuquerque; Cartões: Mateus Soares; Propriedade: Edições 1.º de Outubro; Tiragem: 37 100 exemplares; Composição, Montagem e Impressão: Heskia Portuguesa, S.A.; Depósito Legal: 33077/91; Morada: R. Vitor Gordon, Nº 1, 2.º - 1294 Lisboa Codex; Telef.: 347 21 81 - Fax: 347 21 89 - Telex: 13672; Conselho Editorial: Ulisses Garrido (USL), Umberto Basso (UBS), Manuel Soares (MFS), (FSFPP), Manuel Pisco (USS), Horácio Marcelino (FSPCPG) Maria Augusta (SEP).

## REGIÕES

## Alentejo, de novo terra de desolação

O aumento acelerado do desemprego, o ressurgimento dos salários em atraso, a paralisação e o encerramento de um crescente número de empresas constituem o caldo de cultura da desertificação, preocupante fenómeno que afecta em maior ou menor medida os três distritos alentejanos: Beja, Évora e Portalegre. São a expressão da profunda crise em que a região está mergulhada.

Qualquer desses fenómenos atinge, neste momento, proporções assustadoras, o que exige que o Governo tome rapidamente medidas capazes de atalhar à grave situação social que o Alentejo vive, em consequência da política anti-laboral que vem sendo seguida. Foi essa, pelo menos, a conclusão extraída pelas três uniões sindicais da

região na reunião que efectuaram em 22 de Maio passado.

A gravidade da situação motivou que as estruturas regionais da CGTP-IN solicitassem audiências a diferentes órgãos da soberania e para o efeito se deslocassem à capital. Levou também a que a Comissão Executiva da central marcasse a sua próxima reunião para Évora no dia 21 de Junho.

## 16,5% estão desempregados

No espaço de um ano, o desemprego aumentou 2,8 por cento. Em finais de Março, o número de desempregados inscritos nos centros de Emprego ultrapassava os 39 mil, o que corresponde a 16,5 por cento da população activa.

Só no primeiro trimestre de 1993, o desemprego no Alentejo registou um agravamento de 9 por cento (o triplo da média nacional).

No final de 1992, cerca de 9200 jovens com menos de 25 anos procuravam o primeiro emprego.

As uniões sindicais lamentam que o Plano de Emergência de combate ao desemprego, que deveria contribuir para minizar os seus graves efeitos sociais, esteja a ser abusivamente utilizado no "saneamento" de serviços públicos "que despedem contratados a prazo para utilizarem trabalhadores desempregados".

Cerca de 40 por cento dos centros de Emprego, não vão ser abrangidos por qualquer programa ou acção de formação profissional.

Mas as estruturas regionais da CGTP-IN têm ainda

outros motivos de preocupação. Detectaram, pelo menos, 25 empresas com salários em atraso e 29 outras que ou já encerraram ou estão em vias de paralisarem. Só em Elvas, mais de 30 pequenos empresários individuais ligados ao comércio retalhista fecharam as portas. Outras empresas da região atravessam dificuldades de várias ordens.

As uniões dos sindicatos alentejanos classificam de especialmente preocupante o que se passa na EPAC e em empresas como a Baptista Russo (Vendas Novas), Cidade & Irmãos (Arroios), Fins's, Robinson (Portalegre), Martins e Rebelo e Ziva (Avis), onde se verifica uma elevada instabilidade e onde é de prever o agravamento das relações laborais e sociais.

## MULHERES

## Solidariedade activa dois exemplos

Não estou a eleger as mulheres como consumidoras por excelência, já que todos o são, mas, na realidade, somos nós, mulheres, que decidimos a maior parte das compras que se fazem para casa, para os filhos, o marido, etc., mesmo que já não sejam nós que as façamos sempre.

E não é por acaso que a publicidade não é particularmente dirigida com todos os requintes de sedução.

Mas hoje só lhe venho falar de compras a propósito de duas coisas.

## "Domingo, não!"

Nas cidades brasileiras de São Paulo e Rio Grande do Sul, bem como em Caracas, capital da Venezuela e em Santiago do Chile, as lojas e os grandes centros comerciais não abrem aos domingos.

As autoridades locais reconheceram a justiça dos argumentos da campanha lançada pela Federação dos Trabalhadores Latino-Americanos do Comércio e outras instituições que a ela se juntaram para que o domingo seja um dia de descanso para todos, um dia para estreitar os laços familiares, as amizades; um

dia para nos dedicarmos a actividades culturais, desportivas... enfim, gozarmos das coisas belas da Natureza.

E se começassem desde já a contribuir para que aqui também as e os trabalhadores do Comércio tivessem o seu domingo, solidarizando-nos, aliás, com esses mesmos trabalhadores e as suas organizações sindicais? Bastava deixar de ir fazer compras ao domingo!

## "Made in Indonesia", também não!

Hoje em dia, são muitos os apelos de solidariedade que

nos chegam. Aliás, não faltam razões para tal.

Mas muitas vezes não sabemos muito bem como haveremos de concretizar essa solidariedade. É o que se passa, por exemplo, relativamente ao povo de Timor, sob o jugo da ditadura indonésia, e a Xanana Gusmão, condenado a prisão perpétua e do qual nada se sabe neste momento.

Pois bem, uma forma bem simples de concretizarmos a nossa solidariedade é estar-nos atentos e atentos a produtos estrangeiros que possam comprar e se foram feitos na Indonésia, deixá-los no mesmo sítio onde estavam

## INTER-REFORMADOS

## Preparação da II Conferência Nacional já começou

O Conselho Nacional da Inter-Reformados, reunido em 25 de Maio, aprovou o Plano de Organização e Dinamização e o Projecto de Regulamento da 2ª Conferência Nacional da Inter-Reformados, cuja realização está prevista para 19 de Novembro, em Coimbra.

O Governo escolheu este Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre Gerações para fazer um ataque cerrado a importantes conquistas dos trabalhadores decorrentes do 25 de Abril de 1974. As principais vítimas da sua concretização serão os reformados e idosos em geral.

Assim, incluem-se nesse plano o novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, que já está a implantar o caos nos hospitais, estabelecendo a regra de "quem quer saúde, paga-a".

O mesmo se pode dizer das medidas previstas ou já adoptadas para destruir a Segurança Social, como a alteração, para pior, da fórmula de cálculo das pensões, já hoje responsável pelo facto de o valor médio das mesmas ser inferior a um terço do valor médio dos salários, da extinção das casas do povo, o que obriga os pensionistas que não residem nas sedes dos distritos a fazerem grandes deslocações para tratar de

qualquer assunto relacionado com a sua pensão.

Simultaneamente, procura-se criar um clima de alarmismo em relação à situação financeira da Segurança Social para melhor fazer passar as reformas propostas, tentando fazer esquecer que os seus défices são provocados pelo próprio Governo e pelo patronato. Este, porque lhe deve mais de 300 milhões de contos; aquele, porque não transfere para o orçamento da Segurança Social as verbas que esta gasta com os regimes pouco ou nada contributivos, com a Acção Social, com os apoios às empresas para promoção de emprego e com a formação profissional.

Tudo isto se insere num plano de esvaziamento das importantes funções da Segurança Social, procurando levar os trabalhadores a inscreverem-se em planos de poupança-reforma, seguros de poupança-reforma, etc. Isto é, para além de descontarem duplamente para a reforma, através dos descontos directos e indirectos, o Governo ainda quer que os trabalhadores (mais uma vez) a sua reforma.

E contra tudo isto que temos que lutar, sendo a preparação da 2ª Conferência Nacional e a própria um caminho para a mobilização de todos os reformados.



Florival Lança, na 80ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho

## «A Segurança Social é instrumento insubstituível»

Florival Lança, da Comissão Executiva da CGTP-IN e responsável das Relações Internacionais, foi o delegado dos trabalhadores portugueses à 80ª sessão da Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que esteve reunida de 1 a 22 de Junho, em Genebra. A CGTP-IN esteve também representada na Conferência por Carlos Carvalho, do Conselho Nacional, e por Rui Pinto, jurista do gabinete de estudos da Central.

Na sessão plenária do dia 11, o sindicalista português fez uma intervenção que se centrou sobre a importância da Segurança Social no contexto de grave crise social que atinge quase todos os países do mundo e Portugal de forma particular. Florival Lança aproveitou também a oportunidade para repudiar a ocupação de Timor-Leste e apelar à solidariedade dos trabalhadores do mundo para com o povo maubere. Pelo seu interesse e actualidade, transcrevemos aqui o fundamental dessa intervenção. Os títulos e subtítulos são da responsabilidade da redacção.

**N**uma época marcada por uma profunda e extensa crise, da qual emergem milhões de desempregados, em que aloram as bolsas de pobreza, marginalização e exclusão social, o relatório do senhor director-geral, bem como os temas eleitos para análise, assumem uma importância acrescida.

Com efeito, no contexto desta grave crise que atinge, quase sem excepção, todos os países, a segurança social e a protecção social constituem para um número crescente de trabalhadores, a única fonte de subsistência, a fronteira que separa uma vida com um mínimo de dignidade dum outra em que a alternativa é a indigência e a exclusão social.

### Portugal tem um dos mais baixos níveis de vida da CEE

Também em Portugal, país da Comunidade Europeia com um dos mais baixos níveis de vida, se compararmos o PIB per capita com o de outros parceiros comunitários, este problema está na ordem do dia.

No que se refere à protecção social, é dos que menos percentagem do Produto Interno Bruto dedica a esta área tão sensível, situando-se actualmente em pouco mais de 17 por cento, enquanto que na OCDE, como refere o relatório do senhor director-geral, a média é de 25 por cento.

Vivemos uma situação de desemprego crescente, como resultado do encerramento total e parcial de inúmeras empresas, de falências, de reestruturações de empresas que se traduzem, invariavelmente, em redução de emprego. Também o número de trabalhadores que trabalham e não recebem o respectivo salário volta a aumentar.

Segundo os conceitos de pobreza estabelecidos oficialmente por organismos comunitários, Portugal é o país com mais pobres na Comunidade Europeia.

É à luz desta realidade que surge e se desenvolve o fenómeno do trabalho infantil.

Saudamos, por isso, as diversas iniciativas propostas no relatório do senhor director-geral para diversos países da África, América Latina e Ásia, mas chamamos veemen-

temente a atenção para que se deite um olhar mais profundo e atento ao que se passa na Europa, particularmente em Portugal.

### A necessidade da Segurança Social não diminuiu

A partir do nosso exemplo concreto, podemos constatar que a necessidade de Segurança Social não diminuiu. Antes pelo contrário, o seu desenvolvimento, aperfeiçoamento e adaptação a novos riscos sociais é uma exigência, hoje em dia, mais premente.

É do interesse dos trabalhadores portugueses o desenvolvimento do actual sistema de Segurança Social em Portugal, com base na efectivação plena dos direitos estabelecidos na respectiva Lei de Bases, da universalidade, igualdade, eficácia, solidariedade e participação.

É um sistema com uma cobertura razoável dos riscos sociais mas o nível das prestações é muito baixo.

Por outro lado, há problemas quanto ao financiamento do sistema, quer quanto à forma quer quanto ao conteúdo.



### O Governo não cumpre

Em primeiro lugar, porque o Governo não tem cumprido as obrigações legais sobre o financiamento da Segurança Social, designadamente no que respeita ao regime não contributivo e à acção social. É necessário um maior financiamento pelo facto de muitas prestações terem carácter universal, abrangendo toda a população, pelo que não devem ser financiadas exclusivamente pelos descontos sobre os salários.

Em segundo lugar, o volume de dívidas de contribuições patronais é muito elevado, estimando-se em cerca de 300 milhões de contos, situação que tende a agravar-se com o abrandamento da actividade económica e a recessão na indústria.

Existem práticas de subdeclaração de salários que determinam também elevados montantes de fugas. Existe a escandalosa proliferação de falsos trabalhadores independentes, quando na verdade são assalariados, perante a mais completa passividade da Segurança Social.

### Participação dos sindicatos na gestão

Em resultado de tudo o que afirmei, verificam-se já pontuais situações de atrasos nos pagamentos, o que coloca em risco o próprio sistema, abrindo-se assim caminho fácil aos defensores das concepções de privatização, em que seriam os próprios indivíduos a organizar individualmente a sua segurança face aos riscos sociais. Ninguém de boa fé terá dúvidas de que tal constituiria um grande retrocesso.

Para os trabalhadores portugueses, a Segurança Social constitui assim um instrumento insubstituível de solidariedade e coesão da sociedade e é nessa base que se baterão pela defesa do actual sistema, exigindo também uma maior participação das organizações sindicais na sua gestão, como decorre da própria Lei Fundamental do país. O caminho é aprofundar os sistemas de segurança e de protecção de saúde e de redução de falsos trabalhadores independentes, não devendo os estados optar por uma estranha e condenável neutralidade perante a falta de protecção social que atinge os seus cidadãos.

### Angola e Timor-Leste

Outros problemas há que, sendo embora de carácter mais geral, não deixam de constituir matéria de profunda preocupação para os trabalhadores do meu país.

É o caso da guerra em Angola, à qual somos particularmente sensíveis. Saudamos, assim, os esforços da Comunidade Internacional para garantir a paz em Angola e, particularmente, a recente Resolução da ONU que renova o mandato das suas forças de paz, condenando inequivocamente as atitudes belicistas e o desrespeito sistemático das anteriores resoluções da ONU por parte da UNITA.

Nesta sessão da Conferência, alguns exemplos sobre violações dos direitos humanos e do direito dos povos à autodeterminação têm sido focados.

Também nós, trabalhadores portugueses, não podemos calar a nossa mais profunda indignação e repulsa pela liberdade e repressiva ocupação pela Indonésia de Timor-Leste. Exigindo a libertação de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos, apelamos à vossa solidariedade para com este povo mártir.

## O Governo é responsável pelo bloqueamento da negociação colectiva

**S**enta e sete comissões negociadoras deslocaram-se, no passado dia 24 de Maio, à residência oficial do Primeiro-Ministro para exigirem a intervenção imediata do chefe do Governo com vista ao desbloqueamento da negociação dos respectivos contratos colectivos.

Reclamaram ainda a alteração do comportamento do Ministério do Emprego e demais ministérios no respeitante ao exercício do direito de greve, os quais deverão adoptar uma conduta que vise evitar a greve através da resolução dos conflitos em presença e abandonar as actuais práticas de violação daquele direito constituição.

No ocasião, as comissões procederam à entrega de um memorandum sobre "A situação da negociação colectiva e a responsabilidade do Governo pelo seu bloqueio", onde se diz que o Executivo tem "uma forte responsabilidade nos conflitos colectivos de trabalho, devido ao carácter da política salarial e ao (mau) exemplo que dá nos processos que de si dependem".

Os trabalhadores não poderão ser responsabilizados por esses conflitos, pois, segundo diz o texto apresentado, "nos diversos processos têm sido apresentadas propostas de acordo que esbarram na intransigência".

O bloqueamento é generalizado, fazendo com que um elevado

número de trabalhadores não tenha ainda visto serem actualizados os seus salários em 1993. É diminuído o número de processos em que se chegou a acordo. É expressa a recusa ou a fuga às negociações em diversos processos em que se não chegou a acordo, aplicando o patronato apenas os valores que tinha na mesa de negociação.

### É uma pressinha

Por outro lado, as comissões negociadoras sindicais acusam o Governo de não estar a cumprir "as obrigações legalmente estabelecidas de procurar superar os conflitos em sede negociada". Esta obrigação foi reforçada com a alteração da legislação da

negociação colectiva, através do DL 209/92, que, no seu artigo 31º, atribui expressamente ao conciliador o dever de apresentar propostas de resolução dos diferendos.

Num inquérito promovido pela CGTP-IN e que abrangeu 59 processos de conciliação, verificou-se que, em 87 por cento dos processos já concluídos, o respectivo ministério não apresentou qualquer proposta.

Revelou também que a média de reuniões efectuadas nos processos dados como concluídos é de 2,2, o que espelha da pressa em encerrar negociações. Em 27 por cento dos casos, a conciliação foi encerrada após a primeira reunião.

Nos casos em que, por escrito, a parte sindical requereu a

apresentação de propostas, os conciliadores recusaram expressamente a sua apresentação. A conciliação é dada por encerrada em todos os processos sem viabilização de qualquer outra forma de superação do conflito.

### Numa penada, os mínimos tornam-se máximos

O memorandum dos sindicalistas denuncia ainda que o Governo tem procurado sistematicamente inviabilizar o exercício do direito de greve, através da emissão de despachos de serviços mínimos manifestamente ilegais. Esses despachos não só não

identificam as necessidades mínimas impreteríveis, como enumeram serviços mínimos que excedem largamente os conceitos integrantes dos princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade. Resultado: os serviços mínimos são transformados, numa penada, em serviços normais e habituais das empresas.

A Lei Fundamental, como recorda o documento a que nos vimos reportando, a obrigatoriedade dos serviços mínimos que elenca na necessidade de colmatar "eventuais" prejuízos para a economia e incomodidades para os utentes, esquecendo que o exercício do direito de greve não cede perante dívidas interesterrestres gerais, vagos prejuízos e incómodos para a população.





**F**oram protestos veementes, que constituíram um aviso claro aos governantes do país: a actual política não pode continuar. "Está na hora, está na hora de Cavaco se ir embora". O grito surgiu espontâneo, irreprimível.

Nesta palavra de ordem, repetida de Norte a Sul, está implícita a compreensão de que "a ofensiva contra os interesses e direitos dos trabalhadores é cada vez mais global e que a resposta tem que ser cada vez mais conjugada e solidária".

Por essa razão, Manuel Carvalho da Silva apelou ao máximo empenhamento na mobilização dos trabalhadores para outras acções anunciadas ainda para este mês, onde se destaca uma jornada nacional dos trabalhadores da

Administração Pública no dia 18. "Temos de prosseguir, ampliar e intensificar as nossas lutas", declarou.

#### "Há que encontrar alternativas"

Antes dele, Rui Paixão, falando em nome das uniões dos sindicatos de Lisboa e Setúbal, promotoras daquela acção, tinha exclamado: "Há que encontrar alternativas! Exigimos uma política diferente que desenvolva, que modernize o aparelho produtivo, que defenda e promova o emprego".

A situação que se vive nos dois distritos ilustra cabalmente a realidade do país. Mais de 45 mil trabalhadores estão a braços com processos

de despedimentos colectivos, rescisões "voluntárias" e reestruturadas efectuadas ou em curso.

Só no distrito de Setúbal, mais de 14 por cento dos trabalhadores estão desempregados e nada indica que esta tendência não continue a acentuar-se por força das falências e encerramentos que se sucedem.

No distrito de Lisboa, só nos primeiros três meses deste ano, foram destruídos mais de 15 mil empregos, o representa o dobro do ano anterior.

Ressegue a chaga dos salários em atraso, o que é bem demonstrativo, só por si, da falência da atepregada "política de sucesso" deste Governo, como disse o dirigente sindical e coordenador da União de Setúbal.

#### "Temos que partir do país que somos"

Esta opinião é também partilhada por Manuel Carvalho da Silva, ao afirmar que "a teoria do oásis acabou".

O Governo aparece agora a culpar a situação internacional mas ainda diz que não estamos tão mal como os outros, o que significa, no entender da CGTP-IN, que "mentiu quando dizia que tudo ia bem e mente agora quando diz que a culpa é dos outros".

No essencial, os milhões vindos da CEE não foram utilizados para as reformas que se exigiam. A modernização do aparelho produtivo não se fez, e Manuel Carvalho da Silva afirma que "é ilusório acreditar que o futuro do país se vai construir quando só houver

novas empresas, com outros trabalhadores, todos bem qualificados e preparados profissionalmente".

É sua convicção que a modernização não se pode fazer à margem da realidade presente, do que existe, do país que somos.

"O caminho", proclamou, "não é o da política das privatizações desenfreada e nada transparente, dos megaprojectos de apoio ao investimento estrangeiro, da atribuição sem critérios de fundos comunitários a empresas que acabam por encerrar e utilizar essas verbas para despedimentos, como está a acontecer no distrito de Setúbal".

Para modernizar e reestruturar o aparelho produtivo é necessário defender os sectores produtivos nacionais, tomar medidas concretas de apoio a empresas estratégicas do SEE, às pequenas e médias empresas, nomeadamente através da redução das taxas de juros, e promover o desenvolvimento das regiões do interior.

Vem aí o novo Quadro Comunitário de Apoio, o que poderá significar uma transferência a fundo perdido de 3 mil milhões de contos para aplicar entre 1994 e 1999. Essa perspectiva exige, segundo a CGTP-IN, uma alteração radical da prática que tem sido seguida, o que pressupõe a participação envolvida das forças sociais e políticas na definição dos objectivos estratégicos a atingir.

#### "A Segurança Social está a viver uma situação grave"

O agravamento do desemprego e a degradação da qualidade do emprego, o bloqueamento generalizado da contratação colectiva (77 processos, abrangendo 1 milhão e 700 mil trabalhadores, estão parados por imposição do Governo) e a tentativa de imposição de um tecto salarial de 6 por cento e a inviabilidade do exercício do direito à greve através de despachos sobre serviços mínimos foram outros problemas que Manuel Carvalho da Silva invocou para provar que a actual política não serve.

Demorou-se ainda nos ataques que o Governo está a desferir contra direitos fundamentais como o direito à Segurança Social e à Saúde.

Recordou que está em curso uma campanha alarmista que visa preparar a população para medidas restritivas e para a privatização de bases essenciais da Segurança Social que podem pôr em causa todo o sistema.

A Segurança Social está a viver uma situação grave, o que acontece por múltiplas razões. O coordenador da CGTP-IN invocou algumas: "O Governo utiliza os fundos da Segurança Social para incentivos ao primeiro emprego, para a reestruturação de empresas, para suportar os regimes não contributivos e o regime dos independentes, fugindo assim a encargos que deviam ser financiados pelo Orçamento do Estado. As dívidas identificadas à Segurança Social ascendem a cerca de 300 milhões de contos".

Por tudo o que disse, Manuel Carvalho da Silva considerou ser um imperativo nacional construir uma alternativa. "É necessário travar a actual política", rematou.

# MUITO SAÍRAM DIAS 4



# TE PROS AM INTE AS L

— disse Manuel Carvalho da Silva, de Lisboa e Setúbal

**N**os passados dias 4 e 5 quase duas dezenas de... do Governo e cont... segundo sintetizou o coordena... desfile que muitos milhares de t... capital, entre o Marquês do Por...





# MUITOS MILHARES SAÍRAM À RUA NOS DIAS 4 E 5 DE JUNHO



# TEMOS DE PROSSEGUIR, AMPLIAR E INTENSIFICAR AS NOSSAS LUTAS

— disse Manuel Carvalho da Silva, no Rossio, no final da manifestação dos trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal

Nos passados dias 4 e 5 de Junho, os trabalhadores portugueses levaram às ruas de quase duas dezenas de localidades os seus protestos “contra a injusta política social do Governo e contra a ruínosa política económica a que o país está sujeito”, segundo sintetizou o coordenador da CGTP-IN no grande comício que culminou o desfile que muitos milhares de trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal realizaram, na capital, entre o Marquês do Pombal e o Rossio.



## Política do Governo condenada em todo o país

Os trabalhadores portugueses têm fortes e variadas razões para protestarem, lutarem e reclamarem uma vida melhor e mais justa social, para exigirem uma política diferente. Se dúvidas houvesse, elas ficaram desfeitas nas manifestações e concentrações que nos dias 4 e 5 de Junho se realizaram em todo o país. As resoluções e moções nelas aprovadas convergem na condenação da actual política e na constatação de que “a crise económica e social que se acentua é a prova da falência da política do Governo”.

“Bloqueando a contratação colectiva, prosseguindo a liquidação maciça de postos de trabalho, criando novas inseguranças no emprego, fazendo ressurgir os salários em atraso, os subsídios de desemprego e doença em atraso, desresponsabilizando o Estado das suas obrigações sociais na saúde e na Segurança Social, condicionando o exercício dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, designadamente o direito à greve, o Governo e sectores do patronato facturaram o preço da crise aos trabalhadores, aos reformados e desempregados e restringem a dimensão da própria democracia”.

Foi com estes traços negros que a Resolução aprovada no Rossio pelos trabalhadores de Lisboa e Setúbal definiu o quadro actual.

Por sua vez, os trabalhadores do distrito do Porto, que se manifestaram na baixa portuguesa, reprovaram a política desastrosa e anti-social do Governo momentos antes caracterizada por Domingos Pinto, membro da Comissão Executiva da União dos Sindicatos do Porto.

“O distrito está a ficar mais pobre - disse - e os trabalhadores são quem verdadeiramente sofre a crise. São eles que continuam a pagar a factura de uma política socialmente injusta, incompetente e irresponsável que compromete o futuro do país e dos cidadãos”.

A moção aprovada na Praça da Liberdade, onde terminou

o desfile, inscreveu o protesto contra a destruição do sistema de Segurança Social e afirma a exigência de participação do movimento sindical na discussão do plano de desenvolvimento regional.

Em Aveiro, no comício que culminou uma manifestação muito participada, foi aprovada uma moção onde se exige uma política diferente, na linha da intervenção que o dirigente sindical Júlio Balseira acabou de fazer. “É necessário - declarou o sindicalista - que as forças políticas compreendam o descontentamento, a resistência e a luta dos trabalhadores”.

O agravamento do desemprego é preocupação de primeiro plano no momento presente. Ele atinge proporções de flagelo no Alentejo e constitui um dos principais motivos que trouxeram milhares de pessoas às ruas de Évora, Beja, Portalegre, Benavila e Aljustrel.

O distrito de Braga “está no top em tudo o que é degradado”, afirmou Adão Mendes, coordenador da União de Sindicatos do distrito no final da manifestação promovida em Guimarães na tarde do dia 4 de Junho. Estava a decorrer o 3º Congresso da USB e os dados estavam actualizados: o número de pessoas a receberem subsídio de desemprego duplicou

desde 1992, atingindo cerca de 15 mil trabalhadores. Outros 15 mil pertencem a empresas que já pagam salários com atraso ou têm processos em tribunal que podem levá-las à falência a curto prazo.

Medidas de efectivo combate ao desemprego foram também exigidas com especial ênfase em Faro, Coimbra e Guarda. O distrito de Portalegre tem vindo a “sofrer igualmente os efeitos da política neoliberal, monetarista e de convergência nominal que o Governo de Vacaço Silva escolheu para o nosso país”, segundo se pode ler na moção aprovada pelo Plenário de Sindicatos filiados na USP que no dia 5 de se realizou. É já extenso o rol de empresas e organismos que encerraram ou se preparam para o fazer.

Idêntico foi o teor das moções aprovadas pelos trabalhadores de Viseu, Covilhã, Viana do Castelo, Vila Real, Entroncamento, Leiria e Bragança. A Região Autónoma da Madeira não fugiu à regra, tendo-se realizado ali diversas iniciativas no dia 5 e anunciado a realização de outras, designadamente um colóquio sobre “como resistir à crise” que se agrava nos bairros, na agricultura, nas pescas, na hotelaria e na construção civil.





## Têxteis do Vale do Vouga na A.R.

Uma delegação de 50 trabalhadores têxteis, em representação de várias empresas do sector sediadas em Valongo do Vouga, distrito de Aveiro, deslocou-se, no dia 1 de Junho, à capital para entregar à Presidência da Assembleia da República uma petição onde é denunciada a situação de risco de desemprego que ameaça centenas de trabalhadores daquela região.

As cinco empresas têxteis da freguesia de Valongo do Vouga estão em vias de encerrar, o que, a concretizar-se, arrastará graves problemas para a população local.

## Greve na Panasqueira

Os mineiros da Panasqueira anunciaram uma greve de 24 horas para o dia 25 de Junho, como forma de obrigar o conselho de administração da Beralt, proprietária das minas, a negociar aumentos salariais dignos.

A comissão intersindical disse à Imprensa que a adopção desta forma de luta se deve ao facto de o referido conselho manter uma posição irredutível.

Os trabalhadores continuam a insistir nos seus pedidos de uma intervenção excepcional para impedir que a situação nas minas fique apenas enquadrada no regime geral da segurança social.

Se nada for resolvido a seu contento, admitem recorrer a outras formas de luta.

## Chussol: gestores metem água

A Chussol, Indústria de Guarda-Sóis, Lda., é uma empresa privilegiada e condecorada no sector, o que não impede que se encontre numa situação económica difícil por erros de gestão e por não terem sido tomadas em devido tempo as medidas adequadas.

Já há salários em atraso (apenas 70 por cento dos salários de Maio foram pagos) e deu entrada no tribunal um processo de viabilização económica da empresa por acordo com os credores que prevê a rescisão do contrato com 40 por cento dos trabalhadores.

A empresa emprega, actualmente, 100 trabalhadores que se encontram praticamente parados, muito embora o seu número seja praticamente metade do que já foi.

O Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte espera a decisão dos tribunais seja rápida e que veja no sentido da viabilização da empresa e manutenção dos postos de trabalho.

## Malhas Tentativa Crise ou especulação imobiliária?

Os cerca de 180 trabalhadores da Fábrica de Malhas Tentativa, empresa têxtil, com sede no Porto, estão em greve pelo pagamento integral dos salários de Maio.

Na opinião do Sindicato Têxtil do Porto, a crise desta empresa, com quase 80 anos e sem falta de encomendas, "traz água no bico". Correm rumores de que o terreno da empresa vai ser vendido a um grupo económico responsável pela construção de um empreendimento de luxo na zona onde está instalada.

Os trabalhadores é que não estão pelos ajustes e não abdicam do seu salário, tanto mais que grande parte deles tem mais de 40 anos de idade e alguns quase 50 anos de casa, havendo famílias inteiras que lá trabalham.

A população de Ramalde, local onde a Tentativa está instalada, está solidária com os trabalhadores e tem participado na sua luta em defesa dos postos de trabalho.

As suspeitas do sindicato são perfeitamente justificáveis já que, no Porto, tem havido muitos exemplos de "crises agudas" em empresas aparentemente saudáveis que depois de vendidas dão lugar a grandes empreendimentos imobiliários.

## Federação das Colectividades

Por ocasião do 69º aniversário da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, que se assinala no dia 31 de Maio, a Comissão Executiva da CGTP-IN enviou àquela organização uma saudação em que enaltece "o grandioso trabalho realizado pelos muitos milhares de homens e mulheres que no nosso país têm sabido manter vivo o espírito associativo no seio das populações".

"A sua acção - diz a mensagem - foi e é determinante para a elevação da consciência cívica das populações e consequentemente da sua participação no rasgar dos caminhos da liberdade e no aprofundamento da democracia no nosso país".

A CGTP-IN diz não ser exagero dizer que os sindicatos e as colectividades de cultura e recreio foram duas das mais brilhantes criações do povo trabalhador do nosso país. "Uns e outras são escolas de solidariedade e espaços de libertação e afirmação colectiva e individual dos cidadãos", afirmou.

## Com jornada nacional no dia 18 de Junho Luta reacende-se na Função Pública

Trabalhadores da Função Pública, de todo o país, concentraram-se no Parque Eduardo VII, em Lisboa, no dia 18 de Junho, no culminar da jornada nacional de luta realizada em protesto contra a política do Governo para a Administração Pública.

Nesse dia, a Função Pública esteve em greve e os trabalhadores manifestaram a intenção de prosseguir a defesa das suas reivindicações com a radicalização da luta em Setembro, caso não se verificassem alterações substanciais na atitude do Governo.

No cerne da contestação estão os baixos aumentos salariais deste ano e a redução dos postos de trabalho. O Governo impôs este ano aumentos salariais de 5 por cento

que colocaram o salário mínimo da Função Pública 4 por cento abaixo do salário mínimo nacional. A par disto, o Governo enveredou pela redução dos postos de trabalho, pela criação de disponíveis e pelo despedimento de trabalhadores com vínculos precários.

Os trabalhadores contestam ainda a redução em mais de 20% das futuras pensões de aposentação, a privatização, extinção e reestruturação de serviços sem qualquer discussão com os sindicatos e a sistemática violação dos direitos de participação e negociação colectiva.

Para reparar os danos das atitudes do Governo, os trabalhadores reivindicam a revisão intercalar dos salários em 4 por cento, de forma a garantir a manutenção dos

salários reais e um salário mínimo igual ao nacional. Pretendem, igualmente, a integração no vencimento dos "adicionais" de 2 por cento e 0,5 por cento aprovados pelo Governo nos últimos dois anos e que estão a subverter o Novo Sistema Retributivo. Também o NSR motiva a exigência da reparação das distorções e injustiças decorrentes da sua aplicação a diversas categorias e carreiras.

Os trabalhadores exigem também do Governo um melhor aproveitamento dos recursos humanos existentes, com respeito pelos direitos dos trabalhadores, a redução dos horários de trabalho superiores a 35 horas semanais, a formação e reconversão profissionais e a implementação da legislação relativa a Higiene e Segurança no

Trabalho. Relativamente às pensões de aposentação, os trabalhadores defendem a actual forma de cálculo.

Integrados na jornada nacional de luta, mas animados por uma dinâmica própria emergente de problemas específicos, os trabalhadores contratados das áreas da Saúde e da Educação concentraram-se em frente ao Ministério das Finanças, antes de se juntarem a concentração nacional dos Trabalhadores da Função Pública, no Parque Eduardo VII.

Os trabalhadores contratados das áreas da Saúde e da Educação defrontam-se com problemas semelhantes e igualmente graves, relacionados com a precariedade do seu vínculo de trabalho e a exiguidade do número de vagas abertas pelo Governo.



## VI Congresso da FEQUIFA concluiu Sector precisa de apoio estrutural

Os 135 delegados ao 6º Congresso da Federação dos Sindicatos da Química, Farmacéutica, Petróleo e Gás, que reuniu na "Voz do Operário", em Lisboa, nos dias 28 e 29 de Maio, concluíram que, para sair da grave situação em que o sector se encontra, são necessárias medidas de apoio estrutural que incentivem o seu desenvolvimento coerente.

Entre outras medidas, o Congresso preconizou "a adopção pelo Governo de uma política industrial para o sector virada para o aproveitamento dos nossos recursos e beneficiando das vantagens competitivas existentes em Portugal".

Defendeu ainda a manutenção das indústrias estratégicas do SEE, nomeadamente do subsector da refinação do petróleo, do gás natural, dos adubos e da pasta de papel, a fim de servir de base ao desenvolvimento harmonioso do sector químico e farmacéutico.

O Congresso, que se realizou sob o lema "Dignificar o

trabalho, defender o emprego e elevar o nível de vida, aprovou uma proposta contendo os Objectivos Reivindicatórios Imediatos, que, para além da definição de um plano de modernização e desenvolvimento do sector, contempla toda uma série de reivindicações no campo do direito ao trabalho e da segurança de emprego, da melhoria do poder de compra, da redução do horário de trabalho, da melhoria da formação profissional, da promoção da saúde laboral, do direito à saúde e à segurança social, do respeito e alargamento dos direitos dos trabalhadores.

A par disto, o Congresso defendeu a adopção de medidas específicas de protecção aos trabalhadores de turno ou sujeitos a regimes ou ambientes de trabalho mais penosos, desgastantes ou tóxicos.

A CGTP-IN assistiu aos trabalhos do Congresso, tendo-se feito representar por Manuel Lopes e José Ernesto Cartaxo, membros da Comissão Executiva. Manuel Carvalho da Silva foi convidado a intervir no encerramento dos trabalhos.



"O apoio massivo a dirigentes que defendem o sindicalismo e a constituição de uma sindicata na policia não pode deixar de ser interpretado como mais um passo no sentido da realização dessa justa aspiração democrática", diz a mensagem que a CGTP-IN enviou à direcção da ASPP a saudar a sua grande vitória nas eleições para o Conselho Superior de Polícia, realizadas no dia 14 de Junho.

A CGTP-IN reafirmou à ASPP a solidariedade que sempre lhe tem manifestado. Na foto, dirigentes da CGTP-IN, incluindo o seu coordenador, participaram na manifestação de apoio aos dirigentes da ASPP que estão a ser vítimas de repressão pelo simples facto de usarem os seus direitos enquanto dirigentes associativos.

## Repressão em Viana do Castelo

A União dos Sindicatos de Viana do Castelo repudiou, em comunicado, a forma brutal como a administração da empresa NOP (ex-Starup) e as autoridades estão a tratar os trabalhadores e os seus representantes sindicais.

Entre outras faltas de respeito graves pelos direitos dos trabalhadores, Administração é acusada de não pagar os salários. A união sindical critica ainda a acção da Inspeção do Trabalho e das forças policiaes. A primeira por manifesta falta de intervenção, "nomeadamente quando verificou que a administração da empresa tinha encerrado as instalações fabris e impedido cerca de 90 trabalhadores de ocuparem os seus postos de trabalho". Esta situação configura um autêntico lock-out, proibido por lei.

A GNR local, que deslocou para a empresa cerca de 30 soldados e dois componentes cães, é acusada de, durante todo o período de duração desta luta, que teve início no dia 7 de Junho, se ter colocado sistematicamente à disposição do partido "para dar cobertura aos seus intentos e reprimir os trabalhadores".

Várias trabalhadores foram acometidas de ataques de nervos, outros foram agredidos e tiveram que ser transportados pelo 115 ao hospital e o coordenador da União dos Sindicatos de Viana foi detido e mantido preso dentro de uma viatura da GNR durante meia hora sem qualquer justificação.



Têxteis, Vestuário e Calçado

# Terapêutica do Governo mata

O sector dos têxteis, vestuário e calçado (TVC) é um sector exportador por excelência e conta-se entre os que mais contribuem para a economia do país. Mas tem sido também a principal vítima da política económica do Governo, segundo declarou à imprensa, no dia 27 de Maio, a Federação dos Sindicatos do sector (FESETE), que apresentou à Comunicação Social uma análise da evolução do sector nos dois últimos anos.

Essa política tem assentado no controlo da inflação à custa do encarecimento (sobrevolatilização das taxas de câmbio) e do dinheiro (altas taxas de juro). A FESETE acusa o Governo de teimosia por manter essa política só com o objectivo de obrigar as empresas viáveis a aumentar a sua capacidade real pela via da modernização tecnológica e da qualificação dos trabalhadores, esperando que o mercado leve a encerrar empresas não competitivas e ultrapasadas.

A realidade mostra que, nos sectores dos têxteis, do vestuário e do calçado, essa política falhou rotundamente. "A insistência na terapêutica teve como resultado que muitas empresas com viabilidade, a trabalhar na economia formal, mas confrontadas com perdas substanciais no câmbio, nas margens de comercialização e no endividamento bancário estão em vias de encerramento e algumas já encerraram. Acabaram por morrer da cura", disse a FESETE.

"Subsistem as empresas, acrescentando, que ainda mantêm alguma capacidade comercial e de endividamento e, sobretudo, as empresas que jogavam e continuam a jogar na economia informal". Estas utilizam trabalhadores não registados legalmente, não descontam para a Segurança Social, fogem ao IVA e a

outros impostos e não cumprem os direitos dos trabalhadores.

Mantém, por isso, uma falsa margem de competitividade relativamente às empresas legais. Ao fim e ao cabo, o Governo estimula o patronato mais retrógrado, acentua a dependência do país de empresas ilegais e de baixa qualidade a nível do produto e tornam o sector mais precário e dependente de redes de comercialização e distribuição internacionais que procuram gerir a mão-de-obra barata e a capacidade de produzir rapidamente grandes séries e de baixa qualidade.

## Baixos salários é falsa solução

Neste contexto, os recursos humanos não são valorizados. "O patronato, estimulado pelo Governo, continua a apostar na matriz dos baixos salários como falsa solução para manter a competitividade, subestimando a importância da formação profissional e a melhoria da higiene, saúde e segurança no trabalho, demonstrando ser adversa às necessidades, às transformações ao progresso como sinónimo do próprio desenvolvimento", especificaram os dirigentes sindicais presentes na conferência de imprensa.

Para eles, o Governo não pode passar de oitão para oitenta, isto é, não pode transitar da

desvalorização constante ao escudo, que se verificou durante anos a fio, penalizando brutalmente os trabalhadores através da inflação importada, para a sua sobrevolatilização actual. Esta acentuará a degradação competitiva, comercial e produtiva dos TVC.

A FESETE defende, por conseguinte, uma profunda alteração na actual política. Como primeiro passo, o Governo deverá "fiscalizar e actuar com medidas correctivas que penalizem os que violam a lei e apoiem as empresas que pretendam trabalhar na legalidade".

O TVC é um sector tradicional, o que não impede os sindicatos de acreditarem que ele tem futuro. O maior erro estratégico do Governo é o de pretender "deixar cair um sector estratégico da nossa economia, onde temos tradição e conhecimentos adquiridos ao longo das décadas. Existem regiões inteiras como o Vale do Ave, Corda da Serra, Castanheira de

Pera, Mira d'Aire, S. João da Madeira, Alcanena e alguns concelhos do Grande Porto e zona Sul onde quase só se trabalha (e se depende) dos TVC.

É muito difícil mudar esta realidade em poucos anos. "Nós defendemos a diversificação do tecido produtivo, afirmaram os sindicalistas perante os jornalistas, mas não defendemos nem apoiamos que ela se faça à custa dos TVC".

O sector necessita de fundos estruturais, incluindo os destinados à diversificação industrial, como é o caso do RETEX.

A FESETE recordou que sempre exigiu um Plano de Reestruturação e Modernização dos TVC, mas que o Governo sempre adiou a sua apresentação. Afirmaram esperar que o próximo Quadro Comunitário de Apoio ao conteúdo e reiterou a exigência de que a aplicação dos fundos obedeça a novos critérios, metas e objectivos e haja mais rigor e transparência na sua aplicação.



## Mensagem ao Primeiro

É urgente e necessário pôr cobro às tentativas de desmantelamento do sector das Comunicações (Correios, Telecomunicações e Audiovisual) e num contexto mais global, de liquidação do Sector Empresarial do Estado que o Governo está implementando". Foi, em síntese, a mensagem que os activistas e dirigentes sindicais do sector levaram no passado dia 26 de Maio à residência oficial do Primeiro-Ministro. Esta deslocação foi antecedida de um Encontro de comissões de trabalhadores e activistas do sector, promovido no mesmo dia pela Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual e pelos quatro sindicatos nela filiados. Na foto: aspecto da mesa que presidiu aos trabalhos

## Subsídio de desemprego: novos atrasos em Aveiro

A Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Aveiro teve conhecimento, uma vez mais, que o CISS de Aveiro está a atrasar o pagamento do subsídio de desemprego.

A USA lamentou e condenou este facto por ser revelador da "falta de sensibilidade dos órgãos de poder responsáveis face às suas obrigações sociais".

"É necessário - diz um comunicado emitido pela USA - que a Segurança Social deixe de financiar acções que estão fora do seu âmbito."

A USA decidiu, entretanto, proceder à discussão e ao esclarecimento dos trabalhadores e da população sobre os graves problemas com que se debate a Segurança Social.

Dias antes, denunciara o agravamento geral da situação social do distrito, onde se verifica o regresso dos salários em atraso, atingindo já cerca de 30 empresas, e onde o desemprego cresce a um ritmo de 500 novos desempregados por mês, atingindo neste momento um total de 14 mil, segundo os números oficiais.

## Variação do emprego nos TVC entre 1990 e 1992 (por sectores)

Têxtil	- 26 775	postos de trabalho
Confecção	+ 1 819	postos de trabalho
Curturems	- 455	postos de trabalho
Calçado	- 1 755	postos de trabalho
<b>Total</b>	<b>- 27 166</b>	<b>postos de trabalho</b>

## Situação nas empresas desde 1990

	N.º empresas	N.º trabal.
Encerramento ou falência	- 188	16 266
Pré-falência	- 74	22 304
Salários em atraso	- 109	20 551
Redução de p. trabalho	- 72	20 000



## Contra a reforma aos 65 anos

Cerca de 60 mil mulheres portuguesas subscreveram já um postal ao Primeiro-Ministro, onde se repudia a intenção anunciada pelo Governo de retirar às trabalhadoras desde pass um direito conquistado há cerca de 30 anos, isto é, a possibilidade de requerer a reforma aos 62 anos.

A ideia partiu da CGTP-IN que espera recolher muitos mais milhares de assinaturas até ao final da campanha, cuja continuação foi anunciada na conferência de imprensa que a Central sindical promoveu na Praça da Figueira, em Lisboa, no princípio da tarde do dia 17 de Junho.

Este encontro com a Comunicação Social precedeu um cordão humano (na foto) que dali partiu em direcção à residência oficial do Primeiro Ministro com o objectivo de entregar ao destinatário esta primeira remessa de postais.

## Mais de 17 milhões

É este o número oficial de desempregados no espaço comunitário. É uma taxa insustentável, que exige, no dizer da própria Comissão das Comunidades, a elaboração de uma estratégia comum que siga obrigatoriamente um modelo de crescimento assente no factor trabalho.

Os desempregados já são cerca de 10 por cento da população activa da Comunidade. Metade procura trabalho há mais de um ano. Caso se confirmem as tendências actuais, no final de 1994, a taxa de desemprego ultrapassará o recorde de 1985, ou seja, 10,8 por cento.

A Comissão não concorda que o modelo que tem vigorado privilegie o capital, pois considera que a intensidade do emprego é determinada não apenas pela relação capital-trabalho, mas também pela forma como um dado volume de emprego (medido em horas totais de trabalho) se reparte em postos e em horas de trabalho. É que, apesar de a Bélgica e a Holanda terem a mesma produtividade do trabalho, o segundo país oferece mais 10 por cento de postos de trabalho que o seu vizinho.

Dai a Comissão considerar necessário repensar a actual repartição do tempo de trabalho e urgente colocar o emprego no centro das estratégias de desenvolvimento económico.

## Pobreza em Portugal

Setenta por cento da população portuguesa vive no limiar da pobreza, se os seus rendimentos forem comparados com os salários médios auferidos nos países da Comunidade Europeia, revela um relatório da organização independente britânica "Low Pay Unit", citado pela agência "Lusa".

Em Portugal, e em termos exclusivamente nacionais, em 1985, mais de três milhões de pessoas (32 por cento da população portuguesa) viviam no limiar da pobreza.

De acordo com o relatório, as pessoas com menos de 50 por cento do rendimento médio de um país são pobres, por não poderem ter três refeições por dia, não comprarem vegetais frescos em quantidade suficiente, não terem direito ao entretenimento, não pouparem sequer 2.500 escudos por mês ou não terem um seguro para os bens que possuem em casa.

Comparando os níveis nacionais dos países da CEE, Portugal tem o maior problema de pobreza da Comunidade, estando um terço da população a auferir rendimentos abaixo do nível médio da CEE.



ALUMENTO INSIGNIFICANTE DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL.



UM CASO DIFÍCIL DE INVESTIGAR...

## Saúde inspira grandes cuidados Evitemos o colapso

A CGTP-IN não se farta de alertar que a saúde dos portugueses caminha para o desastre. Os tristes acontecimentos do Hospital de Évora vieram confirmar que só pode ser este o resultado da política desumana que o Governo, cego pela sua obsessão de cortar a torto e a direito nas despesas públicas, vem seguindo.

Com efeito, parece grande o afã do Governo em encerrar, esvaziar e privatizar serviços de saúde e ao mesmo tempo fazer pagar aos cidadãos/contribuintes custos cada mais elevados. Como modelo, escolheu o americano que o novo presidente dos EUA pretende, agora, abandonar, de tão nefastos que se mostram os seus efeitos na sociedade americana.

No segredo dos gabinetes ministeriais, tem vindo a preparar leis que desfiguram por completo o Serviço Nacional de Saúde que segundo estipula a Constituição da República, deve ser geral e universal, isto é, acessível a todos os cidadãos independentemente das suas posses.

É inadmissível e socialmente injusto, tem dito a CGTP-IN, que se queira sobrecarregar ainda mais a generalidade dos cidadãos com novas despesas fixas, sabendo como sabemos que a grande maioria dos portugueses tem rendimentos baixos". Basta recordar que o salário médio em Portugal pouco ultrapassa os 80 mil escudos.

### O Estatuto das desigualdades

Em defesa do actual SNS, a CGTP-IN alega que ele é pago pelos impostos dos cidadãos, "sendo sabido que são os trabalhadores quem mais paga". Não se pode aceitar, portanto, que os portugueses

sejam divididos em categorias segundo tenham mais ou menos recursos, como permitiria a aplicação do Estatuto do SNS elaborado pelo Governo.

A instituição de seguros de saúde não previstos outra coisa não visa que não seja transferir para os cidadãos os custos de saúde. Cada cidadão passaria a ser tratado de acordo com o montante do seguro que pudesse pagar.

Legitimamente, a CGTP-IN interroga: "Quem poderá pagar um seguro privado integral de 30 ou 50 mil escudos mensais, seguro que, ainda por cima, não poderá ser feito por quem tiver mais de 65 anos e uma doença grave?"

Os outros seguros não pagam integralmente as despesas com a saúde, e a CGTP-IN anda bem quando lembra que os cuidados de saúde não se limitam às consultas médicas. Abrangem também meios auxiliares de diagnóstico, intervenções cirúrgicas, internamentos e outros cuidados.

Ter o seguro em dia não é garantia de que todas as despesas estejam cobertas. Não impede, por exemplo, que cada cidadão tenha que desembolsar suplementarmente do seu bolso dezenas ou mesmo centenas de contos por uma intervenção cirúrgica ou por um tratamento mais melindroso.

Mas não é apenas entre cidadãos que o Estatuto estabelece diferenças. Também ao nível das regiões isso poderá aconte-

cer. Com efeito, o Estatuto do SNS prevê uma banda de preços máximos e mínimos a pagar pelos cuidados de saúde, que vem introduzir novos factores de desigualdade de acesso. Cada região fica com a liberdade de estabelecer um preço dentro dos limites estipulados. No concreto, isso conduzirá a que um determinado cidadão pague uma quantia, por exemplo, no Alentejo e um outro com as mesmas condições económicas mas vivendo no Porto pague uma quantia diferente pelo mesmo serviço.

Parante isto, é legítimo concluir, como o faz a CGTP-IN, que o Governo de Cavaco Silva encara a Saúde como um qualquer bem de consumo ou mercadoria. Desde há anos que a sua prática se tem traduzido num afastamento progressivo do Serviço Nacional de Saúde e dos seus objectivos.

### Os comissários políticos

A má gestão do SNS só tem gerado ineficiências e aproveitado ao Governo para procurar justificar a alienação das suas responsabilidades a nível da organização, do funcionamento e do financiamento da rede pública de prestação de serviços de saúde.

Mas é o Governo quem nomeia os responsáveis por essa má gestão, e todos sabemos que são os critérios político-partidários que presidem à escolha dos gestores, ou antes, dos comissários políticos no sector.

É esse o primeiro passo para garantir nos serviços a execução da estratégia que o Governo vem paulatinamente planificando.

Com efeito, o Governo tem vindo a reduzir, de ano para ano, as verbas orçamentais destinadas à Saúde. Portugal ocupa o último lugar na CEE quanto a des-

pesas públicas de saúde relativamente ao PIB, gastando apenas 43 mil escudos per capita, enquanto países como o Luxemburgo, a Noruega ou a Suécia gastam 146 mil escudos, 175 mil escudos e 183 mil escudos, respectivamente).

É cada vez maior o número de serviços e especialidades cujo encerramento é arbitrário e friamente decretado pelo Governo, dificultando ainda mais o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde. Alega que isso se deve à necessidade de reduzir despesas.

No entanto, não se coíbe de entregar a exploração de hospitais e centros de saúde do Estado a entidades privadas, sujeitando essa exploração à lei do lucro e não aos interesses e necessidades das populações.

Nos que continuam sob gestão pública, degradam-se progressivamente as condições de trabalho e não são preenchidas as vagas de médicos, enfermeiros e paramédicos, preferindo-se o recurso a contratos e a recibos verdes.

São estes, segundo o diagnóstico que a CGTP-IN faz, os sintomas que nos dizem que a política do Governo está doente. A sua palavra de ordem é: cada um que cuide de si. Quem tiver dinheiro safa-se. Quem não tiver, seja o que a sorte quiser.

Uma tal política não pode satisfazer nem os utentes nem os profissionais do sector da Saúde. No entanto, o Governo continua a fazer "reformas" contra tudo e contra todos. Não ouve ninguém. Faz orelhas moucas às propostas de várias instituições e dos sindicatos ligados ao sector.

A CGTP-IN não abdica do direito que lhe assiste de participar na discussão da política de saúde no nosso país e de mobilizar os trabalhadores contra as medidas que o Governo tem anunciado.

PONTAPÉ DE CANTO

## Peneda contra Peneda

Quando o ministro Silva Peneda disse que o desemprego não era um problema seu nem do Governo mas sim da sociedade, todos ficámos espantados. Ainda nos lembramos do tempo em que ele anunciava que a baixa do desemprego atingida se devia à política do Governo.

Mas, agora, mais uma vez, um estrangeiro dá o dito por não dito.

No Conselho de Ministros de Emprego e Assuntos Sociais da CEE de 31 de Maio, os ministros, embora admitindo que as acções em favor do desemprego são essencialmente da sua responsabilidade, sublinharam a necessidade dum "coordenação e dum acção complementar" ao nível comunitário para tratar dos problemas comuns do emprego e desemprego".

Afinal em que ficamos? Parece que a responsabilidade sempre é dos ministros, incluindo do dr. Silva Peneda.

## Dia 26, no Fórum Picoas CGTP debate a saúde

Por iniciativa da CGTP-IN, realiza-se no próximo dia 26 de Junho na sala A2 do Fórum Picoas um debate sobre a política de Saúde que contará com a participação de representantes da Caritas Diocesana de Lisboa, das Comissões de Base de Saúde e ainda de eminentes especialistas como António Arnault, António Galhardos, João Correia, Merlinda Madureira e Orlando Leitão, para além, naturalmente, de dirigentes e activistas sindicais da CGTP-IN ligados ao sector.

Os trabalhos iniciam-se pelas 9.30 horas, estando o encerramento previsto para as 18 horas. Os debates serão organizados em torno de dois grandes temas, a saber, "Acesso aos cuidados de Saúde - Qual a situação?" e "Implicações do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde - Que alternativas?"

O primeiro painel debater-se-á em cinco partes: Passamos a enumerá-las: "Listas de espera/urgências", com introdução da Federação de Sindicatos da Função Pública; "Cuidados

de saúde no domicílio", apresentada pela enfermeira Fernanda Dias; "Acesso aos cuidados especializados de saúde", a cargo do assistente de Clínica Geral dr. António Faria Vaz; "Humanização de cuidados/direitos dos utentes", com intervenção inicial do dr. Rui Branco, coordenador nacional das Comissões de Base de saúde; "Custos/ financiamento da Saúde", numa abordagem do dr. Carlos Costa, docente da Escola Nacional de Saúde Pública.

No segundo painel, debater-se-á "Gestão e reestruturação dos serviços de Saúde" e "Os recursos humanos na melhoria dos cuidados de saúde". Intervirão, sobre o primeiro aspecto, o dr. Cipriano Justo, médico especialista de saúde pública, enquanto o dr. Rui Lourenço, médico, Paulo Taborda, da Federação dos Sindicatos da Função Pública, Almerindo Rego, do Sindicato dos Técnicos Paramédicos, e um representante do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses farão diferentes abordagens do segundo bloco.



NÃO TE DEIXES SUBJUGAR  
SINDICALIZA-TE